

Carreira política e sistema partidário no Brasil: entropia ou reconfiguração?

Luis Felipe Miguel¹

Resumo

O artigo discute as mudanças no perfil dos eleitos no Brasil em 2018, à luz das eleições anteriores. Embora a carreira política no Brasil seja descrita como “porosa” e o sistema partidário seja reconhecidamente maleável, uma mudança da magnitude da ocorrida na última eleição é inédita. São analisados dados relativos a deputados federais, senadores e governadores, observando-se quesitos como experiência política prévia e posse de diferentes tipos de recurso político, como capital familiar, visibilidade na mídia, vinculação com religião organizada e participação em movimento sindical. A desorganização da disputa política a partir do golpe de 2016, com o crescimento do discurso “antipolítico” da extrema-direita, e os novos circuitos comunicativos abertos com as novas tecnologias da informação e comunicação são os principais fatores explicativos do resultado de 2018.

Palavras-chave: Carreira política. Sistema partidário. Capital político. Novas tecnologias da informação e da comunicação. Extrema-direita.

I. Introdução

As eleições de 2018 indicaram um ponto de virada na política brasileira². Não foi só a vitória de um candidato extremista, até então figura marginal no jogo político, para a presidência da República. A taxa de renovação do Congresso Nacional foi ainda mais alta do que de costume. Um grande número de novatos absolutos – pessoas sem nenhuma experiência prévia

1 Professor titular livre da Universidade de Brasília (UnB), onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: luisfepemiguel@gmail.com.

2 Este artigo integra o projeto “Democracia representativa e ruptura institucional: da teoria ao Brasil”, apoiado pelo CNPq com uma bolsa de Produtividade em Pesquisa. Agradeço as críticas e sugestões de Regina Dalcastagnè e Túlio Pustrelo Celini. Evidentemente, continuo sendo o único responsável por eventuais equívocos e lacunas.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

em cargos eletivos – assumiu cadeiras não apenas na Câmara dos Deputados mas também no Senado Federal e nos governos estaduais, posições que, em geral, são quase monopólio de políticos veteranos. O sistema partidário voltou várias casas atrás em seu processo ainda muito deficiente de consolidação. A fragmentação das bancadas na Câmara, sempre elevada, bateu um novo recorde, e não só no aumento na quantidade de siglas representadas: partidos grandes minguaram, ao passo que legendas, antes irrelevantes, passaram a constar entre as maiores.

Não é estranho que mudanças gerais no perfil dos eleitos acompanhem a alternância no centro do poder – no caso brasileiro, a presidência da República. Em seu estudo sobre a Câmara dos Deputados, Leôncio Martins Rodrigues (2006, p. 8) observa que, “pelo menos no curto prazo”, as alterações dependem “[...] mais dos resultados das disputas políticas que de mudanças na estrutura da sociedade, quer dizer, de elementos externos ao sistema político-institucional”. No entanto, a magnitude das transformações ocorridas em 2018 excede, e muito, a de momentos anteriores (como a chegada do PT ao poder, em 2002, que é o foco na análise de Rodrigues).³

É possível apontar diferentes fatores para explicar tal cenário. Dois deles parecem óbvios. Os elementos mobilizados para a deflagração do golpe de 2016 – Operação Lava Jato, criminalização da política – acabaram por não atingir apenas o PT e a esquerda; em vez disso, contaminaram todo o sistema político, abrindo as portas tanto para o avanço da extrema-direita quanto para uma renovação meio caótica das elites eleitorais. E agentes políticos antes à margem souberam utilizar de forma mais efetiva os novos circuitos de comunicação e de produção de lealdades políticas, disponibilizados pelos novos meios eletrônicos, ao passo que aqueles que estavam mais próximos das posições centrais do campo permaneceram acomodados às formas tradicionais de campanha eleitoral e pagaram um alto preço por isso.

3 Relação de siglas: CUT – Central Única dos Trabalhadores; DEM – Democratas; MBL – Movimento Brasil Livre; MDB – Movimento Democrático Brasileiro; OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; PDT – Partido Democrático Trabalhista; PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PPS – Partido Popular Socialista; PRB – Partido Republicano Brasileiro; PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional; PSB – Partido Socialista Brasileiro; PSD – Partido Social Democrático; PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira; PSL – Partido Social Liberal; PSOL – Partido Socialismo e Liberdade; PT – Partido dos Trabalhadores; PV – Partido Verde; RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade; TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

Não é ambição deste artigo aprofundar a discussão sobre os processos que levaram ao resultado de 2018. O que ele busca é iniciar um diagnóstico do que ocorreu em relação especificamente à elite política eleita, indagar o significado das mudanças e perscrutar possíveis desdobramentos. Se políticos (e partidos, acrescento eu) são “ferramentas dentro de uma gramática”, como escreveu certa vez José Arthur Gianotti (1990, p. 27), o que está acontecendo no Brasil? É uma mudança do vocabulário corrente ou está surgindo toda uma nova sintaxe?

A primeira seção discute a mudança no sistema partidário, com a ruptura do padrão construído a partir de 1994, em que PT e PSDB eram os polos da política nacional, com os demais partidos os orbitando – e adaptações menos ou mais próximas deste figurino nas disputas das unidades federadas. A segunda seção analisa a renovação nas bancadas na Câmara dos Deputados e a ascensão de neófitos ao Senado Federal e aos governos estaduais e do Distrito Federal. A terceira seção aponta os novos caminhos para o ingresso na elite política, que as eleições de 2018 inauguraram, em contraste com os caminhos já descritos pela literatura sobre carreira política no Brasil. A conclusão, enfim, discute as implicações destas mudanças, no quadro de uma democracia liberal em franco refluxo.

2. Sistema partidário

É frequente, nas análises sobre o sistema político brasileiro, a compreensão de que um de seus traços mais constantes é a fraqueza dos partidos. Incapazes de organizar a disputa e de amearhar a lealdade – seja de eleitores, seja de líderes –, eles acabam muitas vezes servindo de instrumentos de ocasião ou reduzidos a rótulos desprovidos de conteúdo. Como disse um comentarista, a história do Brasil é caracterizada por um “sistema partidário fragmentado e dominado por partidos gelatinosos” (MAINWARING, 1993, p. 22). Diversos motivos concorrem para tal situação, entre os quais alguns são citados recorrentemente na literatura⁴.

4 A literatura sobre o sistema partidário da Nova República e seus problemas é ampla. Além do estudo de Mainwaring, já referido, conferir: Peres, 2005; Melo, 2007; Ferreira, Batista e Stabile, 2008; Bohn e Paiva, 2009; Braga, 2010; Melo e Câmara, 2012; Carreirão, 2014, entre outros.

O sistema eleitoral brasileiro: a representação proporcional com listas abertas tem duas óbvias consequências negativas para o fortalecimento dos partidos. Ela personaliza as disputas, levando a campanhas individuais por parte cada candidato, e importa a competição para dentro das listas partidárias⁵.

O federalismo: em regimes federativos, é comum que os partidos assumam feições diferentes nas diversas regiões. A literatura internacional observa, por exemplo, como durante décadas o Partido Democrata do sul estadunidense possuiu características, programáticas e de base social, que o singularizavam em relação ao restante da agremiação⁶. No Brasil, tal fenômeno é exacerbado. As pequenas legendas sem lastro ideológico, ditas “de aluguel”, são disponibilizadas a chefes locais sem qualquer preocupação com coerência nacional. Mesmo partidos grandes, quando carecem de um líder nacional forte, como é o caso do PMDB/MDB, acabam se tornando pouco mais do que uma federação de partidos locais.

A ausência de fidelidade partidária: apenas em 2007, por decisão do TSE, os partidos ganharam a possibilidade de recuperar mandatos de eleitos que se desfiliassem. Ainda assim, há muitas brechas que permitem o troca-troca de legendas, incluindo uma mal definida desfiliação com “justa causa” e mesmo o estabelecimento de períodos de infidelidade liberada, as chamadas “janelas partidárias”. Continua sendo frequente que uma carreira política passe por diversas legendas – por exemplo, em 2018, entre os principais candidatos à presidência estavam Jair Bolsonaro, concorrendo por seu sexto partido⁷, e Ciro Gomes, na sua sétima legenda. A possibilidade sempre aberta de trocar de partido desestimula o investimento nele.

Facilidade de criação de novos partidos: há dezenas de partidos registrados no país e todos os anos surgem novos. A ausência de cláusula de

5 Nicolau e Schmitt (1995) argumentam que a fórmula d’Hondt de maiores médias, usada para distribuição das cadeiras, favorece os maiores partidos, logo o sistema eleitoral brasileiro não pode ser responsabilizado pela fragmentação do sistema partidário. Ainda que haja contra-argumentos possíveis, como a magnitude dos distritos e (como indicado no próximo parágrafo) o federalismo, o ponto principal aqui é a *fraca unidade interna* dos partidos, induzida pelas listas abertas, que os autores não contestam – e que acaba por levar, indiretamente, também à fragmentação partidária, já que a personalização da disputa facilita o trânsito das lideranças de uma legenda para outra.

6 Um estudo clássico sobre o tema é o de Key (1952).

7 Por vezes, o PSL é apresentado como oitavo partido de Bolsonaro. No entanto, em dois casos a mudança de sigla se deu pela fusão do antigo partido com outra legenda, o que não pode ser contabilizado como infidelidade partidária.

desempenho, aliada à possibilidade de coligações, fazia com que não existisse nenhum mecanismo eficiente para inibir a continuidade de legendas com baixa inserção social – novas regras estão sendo ensaiadas a partir das eleições municipais de 2020, mas ainda não é possível aquilatar seus reais efeitos. Como os partidos são, em geral, carentes de identidade programática, a abundância deles gera todos os problemas esperados para a possibilidade de formação de governos estáveis, com pouco ganho quanto à maior representatividade das opiniões do eleitorado⁸.

A fragmentação das bancadas na Câmara dos Deputados sinaliza com clareza o desajuste do sistema partidário brasileiro. A Tabela 1 mostra sua evolução, nas eleições ocorridas após o retorno dos civis ao poder. Todos os índices mostram uma mudança quase monótona na direção de maior pulverização das bancadas – o número de partidos representados passa de 12 para 30, a maior bancada eleita desce de 260 para apenas 57 deputados, a quantidade de partidos matematicamente necessários para formar maioria simples pula de 1 para 7, o índice de Rae sobe de 0,647 para 0,940⁹.

Tabela 1 – Evolução da fragmentação partidária na Câmara dos Deputados brasileira (1986-2018)*

	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Número de partidos	12	19	18	18	19	21	22	28	30
Maior bancada	260	108	107	105	91	89	88	70	57
Partidos para maioria simples	1	4	3	3	4	4	4	5	7
Racionalização de Rae	0,647	0,885	0,877	0,860	0,882	0,892	0,904	0,924	0,940

*Foram contabilizadas as bancadas no momento da proclamação do resultado da eleição.

Fonte: Adaptada de Miguel e Assis (2017), e autor, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

- 8 Para uma discussão sobre os sistemas partidários com base nos polos governabilidade/representatividade, ver: Miguel, 2017a.
- 9 O índice de Rae é o somatório dos quadrados das frações do parlamento de cada partido e oscila entre zero (quando um único partido controla todas as cadeiras) e um (dispersão absoluta das cadeiras). Na verdade, o índice 1 somente seria alcançado caso infinitas cadeiras estivessem distribuídas entre infinitos partidos. Para a Câmara dos Deputados brasileira atual, que tem 513 vagas, a dispersão máxima alcançável é de 0,998.

A progressão é mais lenta e um pouco menos inequívoca entre 1990 e 2010. A eleição de 1986, a primeira da série, foi atípica: o Plano Cruzado deu ao partido no poder, o PMDB, uma enorme vitória eleitoral, que não se consolidou como hegemonia seja pela divisão interna no partido, seja pelo fiasco do plano econômico e do governo José Sarney como um todo. A eleição seguinte, de 1990, apresenta uma grande diferença, inaugurando aquilo que, no experimento democrático brasileiro, configuraria a “normalidade” em termos de dispersão de bancadas parlamentares. Já de 2010 para 2014 e depois para 2018, há dois saltos, que parecem se relacionar à crise terminal da Nova República (1988-2016), isto é, à preparação e aos desdobramentos do golpe de 2016.

De fato, apesar de toda a dispersão e de seu renitente caráter “gelatinoso”, ao longo da Nova República o sistema partidário brasileiro ganhou uma espinha dorsal. O PT tornou-se a legenda dominante da esquerda a partir das eleições presidenciais de 1989, quando Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao segundo turno, ultrapassando Leonel Brizola por menos de meio ponto percentual. A *débâcle* do governo Collor obrigou os partidos do centro e da direita a buscarem uma alternativa eleitoralmente viável – e o PSDB ocupou este espaço. As seis eleições entre 1994 e 2014 viram uma estável polarização entre PT e PSDB (Gráfico 1).

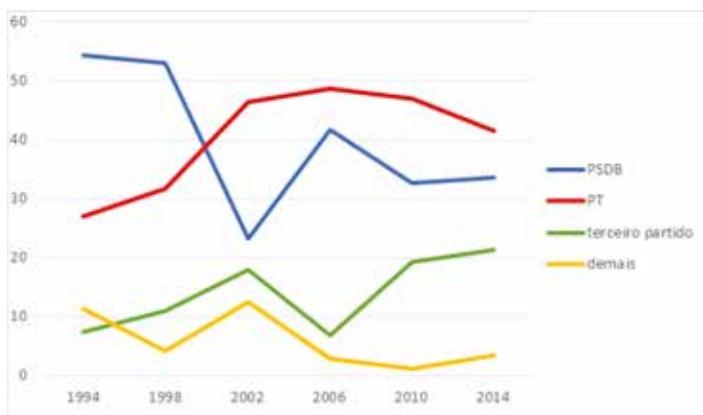


Gráfico 1 – Votações partidárias no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras, em % dos votos válidos (1994-2014)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nas seis eleições entre 1994 e 2014, no primeiro turno, os candidatos de PSDB e PT sempre somaram mais de 75% dos votos válidos – com exceção de 2002, graças ao desempenho fraco de José Serra, em que a soma alcançou 69,6%. O terceiro partido variou de eleição para eleição¹⁰. É razoável supor que, até 2006, tratou-se mais da presença de competidores com apelo a fatias específicas do eleitorado do que de uma manifestação de cansaço com a polarização PT-PSDB.

Em 2010 e 2014, a terceira posição ficou com a mesma candidata, Marina Silva, embora disputando por legendas diversas, e com distância significativa em relação aos outros competidores, mostrando que, aí sim, estava se abrindo um espaço para um discurso de “terceira via”. Com Marina Silva, pela primeira vez um terceiro candidato encostou (em 2010) e ultrapassou (em 2014) o patamar de 20% dos votos válidos.

Dadas as características da disputa eleitoral no Brasil, a concentração dos votos na eleição presidencial não tem paralelo no Congresso, nos estados e, muito menos, nos municípios. Nas eleições gerais, é comum que o apoio ao candidato presidencial seja trocado por coligações para as proporcionais ou pelo suporte a partidos aliados nas disputas pelos governos. Já as eleições municipais, com calendário diverso, seguem lógicas locais e nelas, com exceção das grandes capitais, o alinhamento com a presidência da República tende a ser pouco relevante.

Isso permitiu que a vertebração da disputa presidencial pela polarização PT-PSDB convivesse com o florescimento da mais ampla fragmentação partidária. O PMDB se manteve como o maior partido em termos de capilaridade nacional jogando dentro destas regras e simplesmente abandonando a pretensão de chegar pelo voto à presidência da República. Embora elege-se invariavelmente uma das maiores bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, um bom contingente de governadores e fizesse mais deputados estaduais, prefeitos e vereadores do que qualquer outra legenda, teve candidato próprio apenas uma vez, nas seis eleições presidenciais apresentadas no Gráfico 1 – a primeira delas, em 1994.

10 Em 1994, Prona (Enéas Carneiro). Em 1998, PPS (Ciro Gomes). Em 2002, PSB (Anthony Garotinho). Em 2006, PSOL (Heloísa Helena). Em 2010, PV (Marina Silva). Em 2014, novamente PSB (Marina Silva).

Das outras vezes, coligou-se tanto com o PSDB quanto com o PT e em duas ocasiões simplesmente abriu mão de apoiar oficialmente qualquer candidato.

Se as boas votações de Marina Silva indicam que se formava um público para uma “terceira via”, foi o processo de derrubada da presidente Dilma Rousseff que levou ao completo desarranjo do modelo. A campanha de criminalização da presidente, de seu partido e, *a fortiori*, de toda a metade esquerda do espectro político levou a uma reação extrema, de deslegitimação de todo o sistema partidário. O PT foi fortemente atingido, mas o PSDB ainda mais. Em 2018, Fernando Haddad alcançou 29,3% dos votos válidos no primeiro turno, bem abaixo da média dos candidatos petistas nas seis eleições anteriores (40,4%), mas no patamar das disputas em que o partido fora derrotado (foram 27% dos sufrágios em 1994 e 31,7% em 1998). Mais importante, as pesquisas de intenção de voto sugeriam que, caso Lula não tivesse sido afastado da disputa pela perseguição judicial contra ele, teria grande chance de se sagrar vencedor. Em suma: mesmo atingido de forma dura, o PT se manteve como o carro-chefe de um polo de centro-esquerda com substância eleitoral.

Com o PSDB, o quadro foi diferente. Geraldo Alckmin, que terminou o primeiro turno em quarto lugar – apesar de comandar uma coligação gigantesca, controlar a maior fatia da propaganda no rádio e TV e declarar os maiores gastos de campanha –, obteve apenas 4,8% dos votos válidos em 2018, porcentagem muito abaixo da média de 40,4% dos candidatos do seu partido nos seis pleitos anteriores (e dos 41,6% que ele próprio alcançara em 2006). O espaço que era do partido foi ocupado pelo extremismo de direita, na figura de Jair Bolsonaro, concorrendo por uma legenda até então irrelevante, o PSL¹¹. Marina Silva, por sua vez, finalmente compe-

11 A definição ideológica de Jair Bolsonaro e de seus seguidores é controversa. Movidos mais por conveniências de momento do que por coerência doutrinária, eles mesclam a recusa aos valores liberais com a mobilização pontual do valor da liberdade individual (contra o “politicamente correto” ou contra as medidas sanitárias, por exemplo); ortodoxia econômica ultraliberal e acenos ao fundamentalismo religioso; retórica nacionalista e alinhamento automático aos Estados Unidos. Os termos que costumam ser mobilizados para descrevê-los, como “populismo” ou “neofascismo”, não dão conta de abarcá-los por inteiro. O uso da metáfora espacial “extrema-direita” permite situar o bolsonarismo de forma razoavelmente consensual sem tentar encerrar a questão. Sobre o ponto, conferir: Gallego, 2018; Cesarino, 2019; Pinheiro-Machado e Freixo, 2019; Gallego e Rocha, 2019; Boito Jr., 2020; Reis, 2020; e Lyra, 2021, entre outros.

tindo por seu próprio partido, a Rede Sustentabilidade, cujo registro fora obtido pouco antes, desceu para o oitavo lugar e não ultrapassou 1% dos votos válidos.

Longe de serem problemas, a irrelevância do PSL e a apagada carreira parlamentar pretérita de seu candidato foram mobilizadas como *ativos* na campanha eleitoral, marcando sua pretensa distância em relação ao sistema político corrupto. É possível sugerir, então, que ocorreram dois movimentos simultâneos e correlatos, como desdobramentos do golpe de 2016 e da Operação Lava Jato. Por um lado, o discurso da nova política, que sustentava a “terceira via” proposta por Marina Silva, cedeu espaço para um discurso *antipolítica*. Por outro, a extrema-direita, que parecia destinada a ser uma coadjuvante do processo de desalojamento da esquerda do governo, entendeu que estava bem melhor situada para se apropriar deste discurso e construiu sua vitória a partir dele, invertendo as posições e condenando a centro-direita (representada pelo PSDB) à posição secundária.

3. Novatos

Não se tratou de um movimento restrito à presidência da República. Na Câmara dos Deputados, a taxa de renovação – calculada simplesmente como a proporção de eleitos que não detinham mandatos de deputado federal na legislatura em curso no momento da eleição – alcançou um percentual mais alto do que nas eleições imediatamente anteriores, mas que não destoa da média desde a redemocratização. De fato, as primeiras eleições após o retorno dos civis ao poder tiveram altíssimas taxas de renovação, indicando um momento de reacomodação da elite política. O percentual ficou em mais de 60% em 1986 e 1990, caiu para 56% em 1994 e nas eleições seguintes oscilou em patamar ligeiramente inferior, por volta dos 45%. Em 2018, a taxa de renovação subiu para 52%, o que é muito, mas não destoa da série histórica.

O dado mais relevante é a presença ampliada de *novatos absolutos*, isto é, de pessoas que alcançaram um mandato na Câmara dos Deputados sem ter qualquer experiência prévia em outro cargo eletivo – ou mesmo em cargos políticos de primeiro escalão do Poder Executivo. Sendo uma posição relativamente alta na estrutura da carreira política brasileira, seria esperado

que candidatos com capital político acumulado em cargos inferiores tivessem vantagem na disputa¹². Ao mesmo tempo, o sistema de representação proporcional com listas abertas favorece a candidatura de *outsiders*, que podem arriscar a transformação de outros tipos de capital em capital eleitoral, contando muitas vezes com o beneplácito das direções partidárias, que veem neles apostas para a ampliação do total de votos da lista. Ou seja: nossa carreira política é bastante porosa. Mas, como mostra a Tabela 2, ela apresentou a tendência de, paulatinamente, sê-lo menos, refletindo uma maior institucionalização das disputas, com uma reversão brusca em 2018¹³.

Tabela 2 – Porcentagem de deputados federais eleitos sem experiência prévia (1986-2018)

	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Sem experiência em cargo eleitoral (a)	27,5	25	17,3	12,3	15	11,7	12,5	16,2	21,4
Sem experiência em cargo político (b)	20,4	17,3	13,1	9,6	10,9	9,4	8,8	10,9	18,7

(a) Eleitos que jamais antes ocuparam cargo escolhido por voto popular.

(b) Eleitos que jamais antes ocuparam cargo escolhido por voto popular ou em primeiro escalão do Poder Executivo local, estadual ou federal.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Há mudança também no perfil partidário dos novatos. Em 1986, a esmagadora maioria da pequena bancada eleita pelo PT era de deputados federais de primeira viagem – 81,3% chegavam pela Câmara dos Deputados pela primeira vez, contra 54,5% nos outros partidos. Esse percentual diminuiu eleição após eleição. Em 2018, apenas 25,9% dos deputados eleitos pelo PT nunca tinham ocupado cadeiras da Câmara, contra 50,8% dos

12 Devido à organização do federalismo brasileiro, o cargo de deputado federal é o “passo seguinte” óbvio para quem exerce mandato como deputado estadual. O calendário eleitoral, por sua vez, beneficia a candidaturas de vereadores, que mantêm seus mandatos caso fracassem na tentativa de chegar à Câmara dos Deputados. Ex-prefeitos de cidades de médio porte e secretários estaduais de áreas com visibilidade pública são outros candidatos “naturais” a uma cadeira na Câmara. Sobre a estrutura da carreira política brasileira, ver: Miguel, 2003.

13 O banco de dados sobre as carreiras dos deputados federais já foi usado em pesquisas anteriores (MIGUEL, 2003; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Agradeço aqui aos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que contribuíram para sua atualização com os dados de 2014 e 2018, e com uma extensa revisão da base anterior: Natália Nunes Assunção e Túlio Pustrelo Celini.

outros partidos. Ainda mais importante é a evolução do contingente de eleitos sem qualquer experiência prévia em cargo eletivo ou no primeiro escalão de poderes executivos. Nada menos que 62,5% dos eleitos pelo PT em 1986 cumpriam este critério (contra apenas 18,3% nos outros partidos). Esse percentual declinou rapidamente, chegando a apenas 3,4% dos deputados petistas em 1998. O percentual subiu em 2002, para 15,3%, na onda da chegada de Lula à presidência, mas logo baixou de novo e foi menor do que 5% em todos os pleitos seguintes. Em 2018, só 3,7% dos deputados do PT não tinham experiência prévia. Nos outros partidos, foram 20,5%.

Essas mudanças refletem o crescimento das bancadas petistas e seu controle de maiores fatias da administração pública no Brasil. Refletem também o fato de que, sendo um partido mais orgânico do que a maior parte de seus concorrentes, o PT é menos aberto a *outsiders* e mais capaz de impor a seus integrantes a observância dos passos de uma carreira política “normal”.

É possível singularizar agora outra legenda, o PSL. Dos seus 52 eleitos em 2018, nada menos do que 48 (isto é, 90,4%) chegaram pela primeira vez à Câmara dos Deputados, percentual muito elevado, mas que não chega a espantar, tendo em vista que se trata de partido que teve crescimento exponencial na eleição de 2018. Mas cumpre observar que, deles, 69,6% não tinham qualquer experiência anterior em cargo eletivo ou na administração pública. Tudo indica, portanto, que o voto *antiestablishment* – que marcou o PT nos seus primórdios e que perdeu esse caráter com a absorção do PT pelo jogo político tradicional – reapareceu à direita.

Não quero dizer, como disse Ernesto Laclau ([2005] 2013, p. 143) a respeito de situação distinta (o declínio do Partido Comunista e a ascensão do Front National na França), que “[...] permaneceu [...] a necessidade de um voto radical de protesto, e como os significantes de esquerda tinham abandonado o campo da divisão social, esse campo foi ocupado por significantes de direita”. De fato, mesmo no caso da França, a ilação de que o eleitorado do Front National foi em grande parte formado por comunistas órfãos com o declínio de seu partido é contestável (FASSIN, 2017).

No Brasil, seriam necessários estudos mais aprofundados, mas os mapas eleitorais sugerem que a coincidência entre bolsonarismo e ex-petismo é, no máximo, parcial. O que há é a replicação, em outro lado do espectro político, de um sentimento antissistêmico que se expressa na rejeição a políticos com carreira prévia¹⁴. Mesmo esse sentimento possui diferenças. Nas primeiras eleições do PT, ainda que tenham sido eleitos intelectuais (como Florestan Fernandes, em 1986) e artistas (como Bete Mendes, em 1982), o grosso de seus novatos absolutos que chegaram à Câmara dos Deputados era formado por sindicalistas. Havia, portanto, um laço de representatividade formal prévia – que, como será visto na próxima seção, está ausente no caso do PSL.

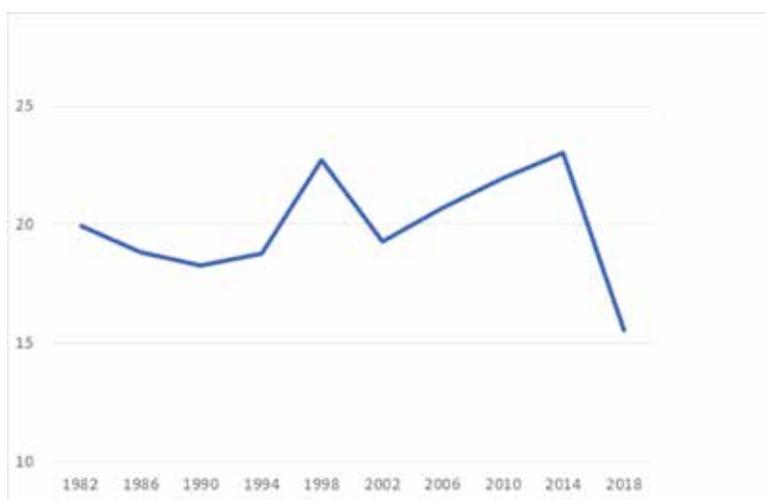
Não se tratou apenas da Câmara dos Deputados. Uma análise dos eleitos para os governos estaduais mostra também a emergência de um contingente significativo de candidatos que não tinham nenhuma experiência anterior. Entre 1982 (quando, ainda no regime militar, as eleições diretas para governador foram restabelecidas) e 2014, apenas três eleitos não tinham anteriormente disputado eleições ou ocupado cargos administrativos de primeiro escalão. Dois deles eram grandes empresários (Tasso Jereissatti, eleito no Ceará em 1986, e Blairo Maggi, eleito no Mato Grosso, em 2002), correspondendo a uma conversão relativamente comum de capital econômico em capital político. O terceiro foi Cristovam Buarque, eleito em 1994 no Distrito Federal, isto é, uma unidade da federação que havia conquistado recentemente sua autonomia e que, portanto, não havia consolidado uma elite política local¹⁵. Já em 2018 foram seis, incluindo dois dos três maiores estados brasileiros (Romeu Zema em Minas Gerais, Wilson Witzel no Rio de Janeiro, Comandante Moisés em Santa Catarina, Antonio Ibaneis no Distrito Federal, Wilson Lima no Amazonas, e Antonio

14 Foge aos limites deste artigo discutir como se harmonizou essa ojeriza pela experiência política com a adesão a um candidato que tinha três décadas de vida parlamentar.

15 Blairo Maggi foi eleito suplente de senador em 1994. Como as suplências são geralmente recompensas para financiadores de campanha, sem apelo eleitoral e com visibilidade muito reduzida, não estão sendo contabilizadas como experiência eleitoral prévia. Um quarto candidato, Neudo Campos, chegou ao governo de Roraima, em 1994, sem ter ocupado previamente cargos públicos, mas já havia disputado as eleições anteriores.

Denarim em Roraima)¹⁶. De partidos de direita, todos foram apoiadores de Jair Bolsonaro, ao menos no segundo turno.

Tomando o ano da disputa da primeira eleição ou da ocupação do primeiro cargo de primeiro escalão como “ano zero” da vida pública, é possível verificar que a média da vida pública prévia dos governadores eleitos caiu de forma muito significativa em 2018 (Gráfico 2). Oscilando em torno de 20 anos e com tendência de alta desde 2002, tendo alcançado seu valor mais elevado (23 anos) em 2014, a média despencou para 15,6 anos em 2018.



* Foram computadas também eleições complementares, motivadas pela perda de mandato dos candidatos inicialmente proclamados eleitos. Estas eleições foram agregadas àquelas do ano do início formal do mandato (uma em 1998, uma em 2002, duas em 2010 e duas em 2014).

Gráfico 2 – Média de anos de vida pública dos governadores eleitos, por ano de eleição*

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

16 Antonio Denarim havia sido candidato (derrotado) a suplente de senador em 2010.

Algo semelhante pode ser percebido no caso do Senado Federal – não na média de anos de vida pública dos eleitos, que oscilou para baixo sem grande intensidade, mas na quantidade de novatos que nunca antes haviam disputado eleição ou ocupado cargo de primeiro escalão. Nada menos do que nove dos 54 senadores eleitos em 2018 correspondem a este perfil. De 1982 a 2014, este número em geral oscilou entre zero e dois. O pico anterior ocorrera em 1986/1988 (a base de dados agrega as eleições suplementares de estados recém-criados), quando foram cinco novatos, três dos quais oriundos do Distrito Federal e de Tocantins, isto é, unidades da federação que elegiam suas primeiras bancadas para o Senado. Cumpre anotar, ainda, que, dentre os nove senadores eleitos sem experiência prévia em 2018, quatro são ligados ao aparelho repressivo do Estado (dois delegados de polícia, um policial militar e uma juíza).

Outro dado revela elementos de mudança na dinâmica da disputa política no Brasil. De 1986 a 2014, há uma tendência de que os eleitos para os governos estaduais sejam apoiados por coligações partidárias cada vez maiores (MIGUEL, 2017a). É uma lógica que tem a ver com a redução do número de adversários, a ampliação do leque de apoios das lideranças locais e a obtenção de maiores fatias do horário de propaganda gratuita no rádio e na televisão. Em 2018, o tamanho médio das coligações dos governadores eleitos caiu para 9,4, contra 10,6 na eleição anterior. Mais importante, porém, é o fato de que dois candidatos foram eleitos concorrendo sozinhos, sem qualquer coligação (Comandante Moisés, em Santa Catarina, pelo PSL, e Romeu Zema, em Minas Gerais, pelo Partido “Novo”). Desde 2002, isso não ocorria. Ao que parece, à lógica eleitoral convencional se contrapõe o valor positivo de se apresentar ao público como isento de contaminação pelas velhas práticas políticas.

4. Os novos caminhos para a elite

O foco da análise se desloca agora para aqueles que chegaram à Câmara dos Deputados em 2018 sem qualquer experiência prévia. Pesquisas anteriores indicaram, como principais “atalhos” para a carreira política no Brasil, o sindicalismo, a igreja, a visibilidade nos meios de comunicação de massa e a vinculação familiar com lideranças políticas (MIGUEL, 2003; MI-

GUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Algumas dessas trajetórias não estiveram ausentes na última eleição. Dos 97 eleitos sem nenhuma experiência prévia em cargo eletivo ou administrativo de primeiro escalão, 19 provinham de famílias políticas – incluindo aí desde João Campos, o filho do ex-governador Eduardo Campos, eleito pelo PSB de Pernambuco, até Luiz Philippe de Orléans e Bragança, que se apresenta como “príncipe” da “casa imperial” brasileira e tornou-se deputado federal pelo PSL de São Paulo¹⁷. O grupo também inclui oito pastores. Sindicalistas são sete – mas três deles, é importante assinalar, foram dirigentes de sindicatos ou associações de policiais.

No que diz respeito aos meios de comunicação de massa, a situação é mais complexa. De quatro novatos, pode-se dizer que a visibilidade na mídia tradicional (rádio e televisão) foi a fonte primária do capital político – Fernando Rodolfo (PR-PE), Hélio Costa (PRB-SC), Paulo Eduardo Martins (PSC-PR)¹⁸ e Rosana Valle (PSB-SP). Há os que tiveram acesso aos canais por sua vinculação a uma religião, como é o caso de Aroldo Martins (PRB-PR), bispo da Igreja Universal e executivo de sua rede de televisão, ou de Flordelis (PSD-RJ), cantora gospel. Alguns outros tiveram passagem pelos meios de comunicação, como Joice Hasselman (PSL-SP), que foi jornalista de rádio e TV, e Alexandre Frota (PSL-SP), que foi ator de televisão e cinema. No entanto, no caso deles, é razoável supor que, tanto ou mais do que essa experiência, seu sucesso eleitoral foi propiciado pela ampla penetração nas mídias sociais. Hasselman tem mais de 300 mil seguidores no Twitter, mais de 2 milhões no Facebook, mais de 1 milhão no Instagram e no YouTube. Frota, que apagou seus perfis no segundo semestre de 2019, após romper com o governo Bolsonaro, tinha mais de 1 milhão de seguidores no Facebook e mais de 100 mil no Twitter (AMADO, 2019).

17 A definição de família política usada na pesquisa inclui relação de parentesco próximo com detentor ou ex-detentor de cargo público – cônjuge, pai ou mãe, irmão ou irmã etc. Normalmente, Luiz Phillipe de Orléans e Bragança, tetraneto do ex-imperador Pedro II (e sobrinho-bisneto do ex-presidente Prudente de Moraes), não seria qualificado; mas, como essa relação é central na construção de sua persona política, optou-se por levá-la em consideração.

18 Quarto suplente de sua lista na legislatura anterior, Martins assumiu uma cadeira na Câmara por poucos meses, em 2016. De acordo com os critérios da pesquisa; porém, só contam como tendo experiência prévia aqueles que foram eleitos ou, então, *efetivados* no cargo.

Há muitos outros, como Carla Zambelli (PSL-SP) ou Kim Kataguiri (DEM-SP). Fundadores de organizações que participaram da campanha pela derrubada da presidente Dilma Rousseff (respectivamente, Nas Ruas e Movimento Brasil Livre), eles fizeram das redes sociais o instrumento primordial de comunicação com suas bases. A eleição de 2018, assim, foi uma eleição de *digital influencers*.

Pesquisa realizada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, a pedido da revista *Piauí*, identificou os congressistas mais populares no YouTube no final de 2019¹⁹. As primeiras posições são todas de políticos de direita, mas a trajetória varia. A primeira posição é de Lauriete (PR-ES), que reúne várias fontes de capital político anteriores à visibilidade digital (cantora *gospel*, com exercício anterior de mandato, cônjuge de senador). Com perfil similar, Flordelis aparece em quinto lugar; em sexto está Celso Russomano (PRB-SP), político com muitos mandatos e origem na televisão. Mas novatos para os quais a exposição nas redes parece ter sido determinante ocupam do segundo ao quarto lugares – Kataguiri, Hasselman e Sargento Fatur (PSD-PR). Os primeiros nomes da esquerda aparecem em oitavo e nono lugares; são Paulo Pimenta (PT-RS) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), ambos com longas carreiras anteriores à era digital. Entre os 50 nomes da lista, Sâmia Bonfim (PSOL-SP, 12ª posição) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS, 31ª posição) são as únicas representantes da esquerda que não tinham mandato anterior no Congresso (ambas eram vereadoras quando se elegeram deputadas federais). É razoável concluir que políticos de diferentes perfis têm aproveitado as novas tecnologias da informação, mas elas se mostram mais eficazes como plataforma de capital eleitoral originário para aqueles situados à direita.

Não se trata de imaginar, ingenuamente, que as novas tecnologias abriram uma fronteira de competição desenfreada e com relativa igualdade de condições, em que qualquer um pode, em princípio, alcançar a liderança política. Movimentos do tipo dos liderados por Zambelli e Kataguiri contaram com amplo financiamento, inclusive do exterior (AMARAL, 2016) e de partidos de direita (LOPES; SEGALLA, 2016), bem como

19 Agradeço ao jornalista Bernardo Esteves por ter compartilhado o levantamento.

farta cobertura da mídia tradicional. Trata-se, portanto, de um conjunto de circunstâncias que permite a determinados atores políticos alavancar a visibilidade pública nos meios digitais para, a partir daí, obter viabilidade eleitoral.

Observe-se o caso de uma figura talvez menos conhecida na política nacional, o deputado Sargento Fahur, que se elegeu como o mais votado do Paraná. Ele tem quase 4,5 milhões de seguidores no Facebook, mais de 1 milhão no Instagram e mais de 500 mil no Twitter. Seu canal no YouTube não divulga o número de inscritos, mas seus vídeos, em janeiro de 2020, somavam mais de 25 milhões de visualizações.

É difícil negar que tamanha presença nas redes teve impacto no seu sucesso eleitoral. Mas como ele alcançou isso? Fahur adota o discurso “bandido bom é bandido morto”, como revelam abundantemente suas postagens nas redes sociais. Alinhado ao espírito do bolsonarismo triunfante, este discurso alavancou muitas candidaturas. Justamente por isso, a competição era grande. O que permitiu ao futuro candidato do PSD se notabilizar foi sua presença constante, na qualidade de suboficial da força pública paranaense, em programas policiais de televisão. Chamava a atenção por sua figura inusual, em que se destacam os imensos bigodes grisalhos, e pelo comportamento teatral. Tornou-se conhecido – e a partir daí passou a fazer sucesso nas redes sociais e viabilizou sua pretensão eleitoral. Ao que parece, a rede social pode prover um capital político, mas é necessária, por sua vez, alguma notoriedade prévia que alicerce a investida nestes meios. Ao menos na política, aquela pessoa que “viraliza” por acaso e se torna fenômeno nas redes, caso exista, é antes a exceção do que a regra.

Como visto, Fahur era policial e anunciava o fato já em seu nome de urna. Entre os novatos absolutos eleitos para a Câmara dos Deputados em 2018, há nada menos do que 24 policiais ou militares (incluindo todos os eleitos, novatos ou não, eles chegam a 45)²⁰. Sempre houve uma representação corporativa – o próprio Jair Bolsonaro desempenhou o papel de representante do baixo oficialato do Exército durante a maior parte de sua

20 São incluídos oficiais e suboficiais da reserva das três armas, policiais militares, policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários e bombeiros militares.

trajetória parlamentar – mas ela, que já tinha atingido seu maior índice em 2014, com 23 deputados, quase dobrou de tamanho em 2018.

É improvável que a representação corporativa destas categorias tenha explodido desta maneira na eleição passada. É mais razoável pensar que muitos policiais e militares viram uma janela de oportunidade com a ascensão da extrema-direita e do discurso de “lei e ordem” associado a ela, que encarnariam com maior credibilidade, e se lançaram à disputa eleitoral. Todos os 24 militares no grupo dos novatos eleitos apoiaram a candidatura presidencial de Bolsonaro, ao menos no segundo turno; 17 deles concorreram pelo PSL.

A outra novidade de 2018, ao lado das candidaturas de *digital influencers*, foi a presença de candidatos gestados nos chamados “movimentos de renovação política”. O rótulo é impreciso, usado de maneiras diversas e, muitas vezes, une grupos bastante diversos. Muitos desses movimentos são incubadoras de lideranças financiadas com dinheiro empresarial; sob a bandeira genérica da “ética na política” – e recusando qualquer identificação ideológica ostensiva – produzem candidatos comprometidos com seus interesses, filiados a diversos partidos. São também uma maneira de burlar a proibição de financiamento de campanhas por empresas, que passou a vigorar em 2018. É o caso do RenovaBR, do Agora! e do Acredito, bancados por milionários como Eduardo Mufarej ou Luciano Huck. Como mostrou uma reportagem sobre o RenovaBR, o discurso de neutralidade política e ideológica pouco disfarça a simpatia com visões favoráveis ao Estado mínimo e outras pautas à direita (MAZZA, 2020). A Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, um dos 50 homens mais ricos do mundo, tem escopo mais diverso, mas também produziu candidatos. Já a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), que conta igualmente com grande aporte financeiro de empresas privadas, apresenta como diferencial o discurso em defesa da pauta ambiental. As listagens de “movimentos de renovação” costumam incluir ainda coletivos de natureza diversa, com posição política à esquerda e orientados a dar expressão a grupos marginalizados (como Ocupa Política, Frente Favela Brasil, Nós e Muitas); o Livres, grupo ultra-liberal que se constituiu como movimento renovador partidário depois de perder para Jair Bolsonaro o controle do PSL; e até mesmo o MBL.

Uma listagem do site Congresso em Foco enumerou 34 congressistas eleitos em 2018 que viriam dos “movimentos de renovação” (MACEDO, 2018), mas a relação possui erros e, mesmo sem eles, é bastante inflada – sobretudo porque a RAPS aceita a adesão de velhos políticos interessados em rejuvenescer a imagem ou estabelecer novas conexões. Assim, a lista inclui o senador reeleito Randolfê Rodrigues (Rede-AP), o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), que chegava a seu quarto mandato, ou o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), eleito para a Câmara dos Deputados pela terceira vez. Depurada a relação, é possível vincular 11 novatos absolutos – dez deputados e um senador – aos principais institutos empresariais de “renovação política”, com destaque para o RenovaBR (8 eleitos) e para a RAPS (6 eleitos). Os números são relativamente altos porque muitos candidatos se vincularam a mais de um “movimento”. A mais famosa do grupo, deputada Tabata Amaral (PDT-SP), por exemplo, tem elos com Acredito, RenovaBR, RAPS e Fundação Lemann.

Entre os partidos, aparecem Novo (4), PSB (3), Rede (2), PDT (1) e PSL (1). A relação inclui legendas à direita e à esquerda; mas, convém observar que, entre aqueles eleitos por siglas em geral identificadas à esquerda, há deputados que desobedeceram a orientação partidária para apoiar medidas econômicas liberais do governo Bolsonaro. Por fim, se o aporte desses grupos parece ter sido fundamental para o sucesso de alguns eleitos, como é o caso da própria Tabata Amaral – muito jovem, recém-chegada de formação universitária no exterior, sem atuação militante ou profissional prévia de destaque –, para outros certamente pesaram muito mais fatores diferentes. João Campos (PSB-PE) é o herdeiro da importante família política de seu estado, Joênia Wapichana (Rede-RR) vem de uma longa trajetória no movimento indígena, e assim por diante. Em suma, o efeito líquido das estruturas empresariais de gestação de candidaturas não é muito claro e ainda é necessário esperar para saber se elas vão se firmar no cenário das eleições brasileiras como um caminho para chegar à elite política.

Há uma última novidade a ser destacada: a eleição de 2018 também apresentou o maior salto na representação feminina na história da Câmara dos Deputados. Pela primeira vez, o número de eleitas superou a barreira dos 10% – foram 77 deputadas, 15% do total, um aumento de mais de

50% em relação à eleição anterior. As mulheres representaram uma proporção ligeiramente superior dos deputados de primeiro mandato (17,4%) e ainda maior daqueles que chegaram à Câmara sem qualquer experiência anterior em cargo eletivo ou de primeiro escalão (21,6%). Das 21 novatas absolutas de 2018, oito concorreram pelo PSL; as outras se dispersam por 13 diferentes partidos, na maioria de direita ou centro-direita.

Apenas cinco delas (23,8%) contaram com capital político familiar para se eleger, na contramão das eleições anteriores – entre as novatas absolutas eleitas entre 1986 e 2014, quase 70% tinham laços familiares com detentores ou ex-detentores de mandatos. O capital familiar é um recurso político importante também para os homens, mas sobretudo para as mulheres, que nele encontram um meio de driblar algumas barreiras a seu ingresso nos espaços de tomada de decisão – para as barreiras (MIGUEL; BIROLI, 2011)²¹; para a importância do capital familiar (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). No entanto, esse caminho “tradicional” para a entrada das mulheres no parlamento é um indicador menos robusto do avanço da igualdade política do que a presença de eleitas que seguiram outro caminho, aquele da liderança em movimentos e organizações da sociedade civil ou da visibilidade pública advinda do exercício profissional.

Os dados mostram que, de forma algo surpreendente, a onda eleitoral da extrema-direita contribuiu para o avanço da igualdade de gênero na Câmara dos Deputados – surpreendente porque a oposição ao feminismo e a defesa dos papéis convencionais para homens e mulheres são centrais no discurso do bolsonarismo (MIGUEL, 2021). Há, na simples presença destas deputadas no Congresso Nacional, uma contradição latente: se a mulher deve permanecer confinada ao lar, como explicar a posição que elas ocupam na esfera pública?

21 Conferir: Cap. 3.

Conclusão

Não creio que seja possível alcançar respostas definitivas às questões enunciadas no início deste artigo. Mas é possível indicar o sentido de algumas das mudanças sinalizadas pela eleição de 2018.

De maneira geral, há uma redução do peso dos partidos como organizadores da disputa política. O PT sobrevive, em grande medida como efeito da liderança popular de Lula, mas o lugar antes ocupado pelo PSDB está órfão. O PSL não tem esta vocação, como mostra o fato de que passou a enfrentar uma forte dissidência – liderada pelo próprio presidente da República, o que também é inusitado – antes de completar um ano de exercício do poder.

Não se trata de um problema exclusivo da extrema-direita, embora nela se revele com clareza exemplar. É antes um fenômeno ligado ao perfil das novas lideranças políticas que têm obtido mandato – e também a uma enorme parcela dos integrantes dos escalões superiores do governo Bolsonaro, recrutados seja nas forças armadas e em outras partes do aparelho repressivo de Estado, seja na militância ideológica obscurantista associada ao nome do astrólogo Olavo de Carvalho. São pessoas sem experiência de filiação partidária e sem vocação para o trabalho coletivo e a disciplina que ela exige. Em uma situação em que as legendas partidárias estão desacreditadas, a posição de “franco atirador” parece atraente, pela liberdade que confere.

Não por acaso, há uma mobilização em favor da possibilidade de lançamento de candidaturas “avulsas” – sem vinculação partidária – que tem, entre suas principais porta-vozes, jovens deputadas como Tabata Amaral, já citada, e Áurea Carolina (PSOL-MG). Embora com posições políticas muito diversas entre si, ambas têm em comum o fato de se apresentarem como representantes de uma “nova política” em que a voz da “sociedade” falariam por si mesmas, isto é, evitando a mediação dos partidos. É significativo que o nome fantasia escolhido para defender a proposta tenha sido “candidaturas cidadãs”, afirmando implicitamente uma cesura entre cidadania e filiação partidária (TENDOLINI; CAROLINA, 2019).

Há aí um sintoma evidente do desgaste da forma partido, vista como levando inerentemente à burocratização, à ausência de democracia interna e mesmo à corrupção²². Mas há também sinais de transformações no espaço de possibilidades da representação política. A fragmentação dos sujeitos torna mais difícil o processo representativo em geral, já que diferentes identidades levam a identificações com diferentes agendas e líderes, sem que se possa – como no tempo em que o eixo de classe era aceito por definição como o central – definir uma primazia clara. Os novos fluxos discursivos, por sua vez, levam a uma multiplicidade de “reivindicações representativas” concorrentes, para usar a definição de Saward (2010). Nesse cenário de indefinição e plasticidade, as velhas estruturas partidárias aparecem como uma camisa de força.

Saward, no entanto, projeta um cenário de *laissez faire* representativo, em que as diversas reivindicações dos candidatos à liderança política podem, a cada momento, ser ou não ser admitidas pelos representados, o que descreve de maneira muito insatisfatória a política real. Nela, a autorização formal do eleitorado – para mandatos fixos e plurifuncionais, isto é, com autoridade sobre *todos* os temas da agenda pública – permanece sendo fundamental. E, além disso, as redes formadas pelas instituições do Estado, pelos veículos de comunicação e por outros interesses já estabelecidos continuam sendo essenciais para validar a condição de representante de alguém que a reivindica. Isto é, ser representante significa não apenas (ou sobretudo) receber algum tipo de credenciamento de um grupo de representados mas também ser admitido como tal em espaços sociais dotados de poder²³. Sob esse ponto de vista, a redução do peso da intermediação dos partidos não significa necessariamente uma ampliação do poder da “cidadania”, seja lá como esse poder seja definido.

Os desafios, no caso brasileiro, são ainda mais graves, devido à situação de franca retração da democracia no Brasil. As mudanças reveladas em 2018 parecem refletir o avanço de um sentimento antipolítico, que por

22 Os movimentos de “candidaturas coletivas” – que têm pontos de intersecção com a defesa das candidaturas avulsas – também denotam desgaste dos partidos, já que postulam implicitamente que o mandato tradicional é empreitada individual do eleito, sem um espaço efetivo de produção coletiva da ação política.

23 Para uma discussão mais aprofundada sobre teoria da representação política, cf. Miguel (2014, 2017b).

sua vez, serve de obstáculo tanto para o engajamento no debate quanto para a educação voltada à participação, que são ferramentas clássicas para melhorar a qualidade do vínculo representativo.

Referências

- AMADO, G. Frota deixa redes sociais: “Cansei. Esses eleitores são da época Bolsonaro”. **Época**, 8 ago. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/frota-deixa-redes-sociais-cansei-esses-eleitores-sao-da-epoca-bolsonaro-23864328>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- AMARAL, M. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo *impeachment*. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 49-74
- BOHN, S.; PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 33, p. 187-28, 2009.
- BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 50, p. 111-119, 2020.
- BRAGA, M. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-72, 2010.
- CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 255-95, 2014.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-57, 2019.
- FASSIN, E. **Populisme: le grand ressentiment**. Paris: Textuel, 2017.
- FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 432-53, 2008.
- GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GALLEGO, E. S.; ROCHA, C. (org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- GIANOTTI, J. A. Tráfico de esperanças. **Novos Estudos Cebrap**, n. 26, p. 25-38, 1990.
- KEY JR., V. O. The future of the Democratic Party. **The Virginia Quaterly Review**, Charlottesville, v. 28, n. 2, p. 161-75, 1952.
- LACLAU, E. [2005]. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOPES, P.; SEGALLA, V. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. **UOL Notícias**, 27 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LYRA, R. P. **Bolsonarismo**: ideologia, psicologia, política e temas afins. João Pessoa: Editora CCTA, 2021.

MACEDO, I. **Movimentos de out. 2018**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/movimentos-de-renovacao-politica-elegem-mais-de-30-deputados-e-senadores/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MAINWARING, S. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28/29, p. 21-74, 1993.

MAZZA, L. Escola sem partido. **Piauí**, São Paulo, n. 161, p. 18-26, 2020.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (org.). **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-34, 2003.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L. F. Coligações e o sentido da representação política. In: KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. (org.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017a.

MIGUEL, L. F. **Consenso e conflito na democracia contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2017b.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema-direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, p. 1-14, 2021.

MIGUEL, L. F.; ASSIS, P. P. F. B. Coligações eleitorais e fragmentação das bancadas parlamentares no Brasil: simulações a partir das eleições de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 60, p. 29-46, 2018.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-47, 2015.

NICOLAU, J. M.; SCHMITT, R. A. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 129-201, 1995.

PERES, P. S. **Sistema partidário e dinâmica democrática no Brasil**. 2005. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SAWARD, M. **The representative claim**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

TENDOLINI, C.; CAROLINA, A. Candidaturas cidadãs para democratizar a política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2019, p. A-3.

Recebido em 11/10/2021
Aceito em 16/11/2021
Versão final em 05/02/2022.

Political career and party system in Brazil: entropy or reconfiguration?

Abstract

The article discusses the changes in the profile of the elected in Brazil in 2018, in the light of previous elections. Although the political career in Brazil is described as “porous” and the party system is admittedly malleable, a change in the magnitude of that which occurred in the last election is unprecedented. Data relating to federal deputies, senators and governors are analyzed, observing issues such as prior political experience and possession of different types of political resources, such as family capital, visibility in the media, links with organized religion and participation in trade unionism. The disorganization of the political dispute since the 2016 coup, with the growth of the “anti-political” discourse of the far right, and the new communicative circuits opened by the new information and communication technologies are the main explanatory factors of the result of 2018.

Keywords: Political career. Party system. Political capital. New information and communication technologies. Far right.